



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Memória de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo			
Título:	Reunião Ordinária N. 25			
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF			
Data da reunião:	21/11/2017	Hora de início:	09:30	Hora de encerramento: 12:30

Pauta da Reunião

1. 10:00 - Abertura da Reunião. Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Câmara.
2. 10:10 - Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária da Palma de Óleo. – Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Câmara de Palma de Óleo.
3. 10:15 – Avisos da Secretaria - Srª. Isabel Carneiro, Secretária da Câmara.
4. 10:20 - Suborno Transnacional - Ricardo Garcia de Sousa – Coordenação-Geral de Responsabilidade de Entes Privados - CGU e Programa de Integridade (*Compliance*) do MAPA – Cláudio Torquato de Sousa – Assessor Especial de Controle Interno GM/MAPA.
5. 10:50 - Agricultura Familiar e Governança territorial – Frederico Brandão, Doutorando da Universidade de Utrecht e Pesquisador do CIFOR – Centro Internacional de Pesquisa Florestal (20 minutos apresentação e 30 minutos debates pelo colegiado).
6. 11:40 – Apresentação da Cartilha da Palma – Sr. Antônio Carlos Ventilii Marques – Representante da APROBIO.
7. 11:55 – Deliberação quanto ao apoio ao pleito de Renovação da Redução do Imposto de Importação do Óleo de Amêndoas de Palma Refinado – NCM 1513.2910 (para 224.785 toneladas, descontada a produção nacional estimada para o período de 69.509 toneladas) pelo prazo de 12 meses – ABIA, ABIQUIM, ABIHPEC e ABIPLA – Sr. Éder da Silva, Representante da ABIQUIM.
8. 12:00 – PL 7.326/2010 e PLC 119/2013 – Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil: estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências. Discussão sobre possíveis ações a repeito da tramitação desse Projeto de Lei que atualmente encontra-se aguardando relator na CCJC no Senado Federal desde 27.4.2015 – Sr. Antônio Carlos Ventilii Marques – Representante da APROBIO.
9. 12:15 – Novo tratamento administrativo da Anvisa para importação de óleo de palma – Márcio Maciel, Representante da ABIOVE.
10. 12:25 - Assuntos Gerais.
11. 12:30 – Encerramento.

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	ROBERTO YOSHITAMI YOKOYAMA	ABRAPALMA	PR	
2	ISABEL REGINA FLORES CARNEIRO ROXO		PR	
3	ANDRESSA TENORIO DA SILVA	ACST/MAPA	PR	
4	AMILCAR LACERDA FIGUEIRA DE ALMEIDA	ABIA	PR	
5	EVERTON DE ALMEIDA CARVALHO	ABIDES	PR	
6	MÁRCIO RAFAEL MARQUES BARBOSA MACIEL	ABIOVE	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Memória de reunião

7	ÉDER DA SILVA	ABIQUIM	PR	
8	JÚLIO CÉSAR MINELLI	APROBIO	PR	
9	ANTONIO CARLOS VENTILII MARQUES	APROBIO	PR	
10	MARTIM VICENTE GOTTSCHALK	CC/PR	PR	
11	JONILDO GILSON LEITE MORAES	CEPLAC	PR	
12	EMELEOCIPIO BOTELHO DE ANDRADE	CNA	PR	
13	RUI ALBERTO GOMES JUNIOR	EMBRAPA	PR	
14	GABRIELA LOPES SOUTO	MF	PR	
15	DANIEL BARBOSA DA SILVA	MMA	PR	
16	LUCIANO COSTA DE CARVALHO	MME	PR	
17	ANDRÉ LUIZ LEMES MARTINS	SEAD	PR	
18	ANDREZA KERR FANTINE MARTINEZ	SINDIVEG	PR	
19	FRITZ GAUCH	SEDAP/PA	PR	
20	AFIF AL JAWABRI	SEDAP/PA	CO	
21	DONIZETE TOKARSKI	UBRABIO	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Câmara: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo

Reunião: Reunião Ordinária N. 25

Data da realização: 21/11/2017, das 09:30 às 12:30 horas

Local: Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250, do Edifício Sede do MAPA – Esplanada dos Ministérios, bloco D – Brasília/DF.

1. Abertura da Reunião

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de 2017, na sala de reuniões do 2º andar, nº 250, edifício sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília-DF, foi aberta a Vigésima Quinta Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo pelo Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Câmara, que agradeceu pela presença de todos

2. Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária da Palma de Óleo

Submetida à aprovação do plenário, a Ata da 24ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada, por unanimidade.

3. Avisos da Secretaria

A Sr.^a Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da Câmara, apresentou a seguinte proposta de calendário para 2018: 26ª Reunião Ordinária – 06 de março de 2018 (3^a feira), 27ª Reunião Ordinária – 05 de junho de 2018 (3^a feira) e 28ª Reunião Ordinária – 20 de novembro de 2018 (3^a feira). Listou as entidades que compõem a Câmara atualmente, totalizando 18 membros e 5 convidados permanentes. A EBDA será excluída da lista, pois foi extinta. O Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Câmara, propôs que seja feita uma reunião em Belém em 2018, com possibilidade de visita a alguma propriedade ou associação. Ficou deliberado conciliar uma data entre julho e agosto em substituição à data de junho. O Sr. Afif Al Jawabri, representante da SEDAP/PA, colocou a Secretaria à disposição para a realização desse encontro.



4. Suborno Transnacional - Ricardo Garcia de Sousa – Coordenação-Geral de Responsabilidade de Entes Privados - CGU e Programa de Integridade (Compliance) do MAPA – Cláudio Torquato de Sousa – Assessor Especial de Controle Interno GM/MAPA.

Este item não foi abordado nesta reunião.

5. Agricultura Familiar e Governança territorial – Frederico Brandão, Doutorando da Universidade de Utrecht e Pesquisador do CIFOR – Centro Internacional de Pesquisa Florestal (20 minutos apresentação e 30 minutos debates pelo colegiado).

O Sr. **Frederico Brandão**, pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Florestal – CIFOR –, apresentou os trabalhos realizados pelo CIFOR, que tem parceria com entidades de vários países. A entidade trabalha no estudo de cadeias produtivas de *commodities*, com estudos de impacto ambiental e social. Apresentou o projeto “Investimentos em larga escala em alimentos, fibras e energia: Opções sustentáveis para o alívio da pobreza”, cuja metodologia envolveu visitas a empresas e comunidades produtoras, incluindo áreas indígenas e quilombolas. O objetivo do projeto foi avaliar o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil e a relação do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental. O estudo contou com demonstrativo sobre áreas de expansão da agricultura familiar, entre outros aspectos relevantes. Entre os desafios levantados pelo trabalho para a elaboração de políticas públicas, citou conflitos fundiários, baixa biodiversidade nas plantações, dificuldades para pequenos produtores formalizarem a mão de obra, entre outros. Ressaltou que os agricultores com menos terra e com menos mão de obra têm tido muita dificuldade para acessar o PRONAF Eco, o que poderá causar evasão na produção de palma. Recomendou que os produtores rurais em situação crítica recebam atenção especial, com auxílio de ONGs e dos governos locais e federal, revisão dos critérios de inclusão no PRONAF Eco e extensão do financiamento deste Programa para 5 anos, de maneira a atender às especificidades da palma de óleo, tida como cultura perene. A expansão do setor tem como barreiras o baixo preço do óleo bruto versus os altos custos de produção e a logística precária. O mercado de biodiesel atualmente não é atrativo para empresas de palma, cuja participação na matriz do biodiesel brasileiro correspondeu a 2,55% em janeiro de 2017. Novos incentivos, como a implementação da mistura B20 e a instalação de usinas na região podem mudar o cenário. A baixa articulação dos produtores em sindicatos ou associações também é um fator que dificulta a elaboração e a apresentação de demandas.

6. Apresentação da Cartilha da Palma – Representante da APROBIO

O Sr. **Antônio Carlos Ventilii Marques**, representante da APROBIO, fez relato sobre o trabalho realizado pelo GT da Cartilha da Palma, que envolveu diversas entidades e órgãos. O principal objetivo da cartilha é desfazer a propaganda negativa feita sobre o cultivo da palma, estigmatizado por conta de países como Malásia e Indonésia e a veiculação de informações equivocadas sobre a cultura no Brasil. O trabalho aborda temas concernentes à cadeia produtiva da palma, incluindo aspectos ambientais, sociais e econômicos. Tem por base ações como: o desenvolvimento e publicação do zoneamento agroecológico da palma de óleo no país; o fortalecimento da agricultura familiar na região Norte; Pesquisa e Desenvolvimento e extensão rural, além da disponibilização de linha de crédito adequada às especificidades dessa cultura perene. Constatou-se que as críticas feitas sobre questões trabalhistas e ambientais não correspondem à realidade da produção de palma no país, ao contrário dos países asiáticos mencionados. Destacou a necessidade manter ou acelerar a expansão da palma, mantendo o padrão socioambiental. O trabalho será encaminhado aos membros do Colegiado, para apreciação e sugestões, dentro de 20 dias. Além disso, sugeriu que o material seja traduzido para o inglês, com a intenção de divulgá-lo internacionalmente. A Sr.^a **Isabel Regina Flores Carneiro**, Secretária da Câmara, mencionou



as dificuldades financeiras enfrentadas atualmente pelo Mapa, o que impedirá a publicação pelo órgão, mas se comprometeu a buscar a Assessoria de Comunicação Social do MAPA para ver se é possível que a diagramação seja executada por aquela Assessoria. O Sr. Emeleocípio de Andrade, representante da CNA, informou que a entidade está elaborando um trabalho sobre a palma de óleo, que traz dados sobre custos e produção e retorno de investimento, com o intuito de informar empresários e potenciais investidores, em conjunto com a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma – Abrapalma – e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – Faepa –, e será divulgado até dezembro deste ano.

7. Deliberação quanto ao apoio ao pleito de Renovação da Redução do Imposto de Importação do Óleo de Amêndoas de Palma Refinado – NCM 1513.2910 (para 224.785 toneladas, descontada a produção nacional estimada para o período de 69.509 toneladas) pelo prazo de 12 meses – ABIA, ABIQUIM, ABIHPEC e ABIPLA – Sr. Éder da Silva, representante da ABIQUIM.

O Sr. Éder da Silva, representante da ABIQUIM, mencionou a NCM 1513.2910, que trata da redução do imposto de importação para o óleo de amêndoas de palma refinado (óleo de palmiste refinado), de 10 para 2%, com validade de 12 meses para o volume de 224.785 mil toneladas. A medida é crucial para as indústrias, em virtude do abastecimento insuficiente oferecido pelas usinas nacionais de óleo de palmiste, deverá corresponder a 69.509 toneladas em 2018, de acordo com informações fornecidas pela ABRAPALMA. Destacou que a logística é o que mais encarece a compra dos óleos de palmiste e de palma produzidos no Brasil. Pediu que um ofício seja encaminhado à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, contendo o pleito das entidades consumidoras de óleo de palmiste para a renovação da redução da alíquota do imposto de importação, amparada pela Resolução GMC nº 08/08, levando em consideração a relação entre demanda e oferta do mercado nacional.

O Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da Câmara, informou que a proposta foi encaminhada à Abrapalma e a entidade está de acordo com o pleito. Informou que a Biopalma está providenciando estrutura que permitirá a extração do óleo de palmiste. Acerca do aumento de 10 para 20% do imposto de importação do óleo de palma refinado, previsto para sair da lista de exceção da Letec nos próximos meses, não houve impacto positivo significativo para os produtores de palma. Apesar de a produção do óleo de palma no Brasil não ser plenamente capaz de abastecer o setor alimentício, os produtores têm enfrentado grandes dificuldades para colocarem seu produto no mercado nacional, em virtude da pressão exercida pelas indústrias alimentícias para que os preços sejam diminuídos, fazendo com que o valor oferecido seja próximo do limite do custo de produção. A grande distância de usinas de mistura do óleo de palma no biodiesel inviabiliza sua utilização, por conta dos altos custos do frete do Pará para a Bahia, local da usina mais próxima. Sendo assim, é necessário que seja instalada uma unidade de mistura no Pará para viabilizar a produção do óleo de palma ao biodiesel. O fato de a Índia aumentar para 40% a tributação do óleo de palma refinado fará com que a oferta do produto no mercado internacional aumente consideravelmente, o que implicará em redução de preços e dificultará ainda mais a concorrência por parte dos produtores brasileiros frente aos asiáticos. Apesar de o óleo brasileiro não ser certificado, a cadeia respeita leis trabalhistas e é sustentável, ao contrário dos países asiáticos. O volume de óleo de palmiste desperdiçado na produção de palma é de 6% a 12%, o que requer técnicas de prensagem diferenciadas para sua extração adequada. A unidade que a Biopalma implantará no início de 2018 utilizará nova tecnologia na extração do óleo de palmiste, o que poderá representar uma significativa inovação para o setor. O Sr. Amílcar Lacerda de Almeida, representante da ABIA, ressaltou a necessidade de o setor produtivo se unir para discutir e combater medidas excessivamente protecionistas praticadas por outros países, que causam dificuldade para os produtores brasileiros. O Sr. Júlio Minelli, representante da APROBIO, destacou que esse tipo de medida não é incorreto, visto que o problema atualmente encontra-se na falta de agregação de valor das *commodities* produzidas no Brasil. Os



produtores brasileiros pagam impostos para agregar valor localmente através da industrialização, enquanto que exportar a *commodity* bruta não possui taxações. É preciso que o país se esforce para alcançar a agregação de valor pela indústria local, o que gera empregos e traz arrecadação. O **Sr. Márcio Maciel**, representante da ABIOVE, sugeriu que um representante da Secretaria de Relações Internacionais do MAPA ou do Ministério das Relações Exteriores seja convidado para abordar o tema em reunião futura da Câmara. O **Sr. Éder da Silva**, representante da ABIQUIM, reforçou que a abertura de mercado é importante para o país, desde que seja feita de maneira planejada e coordenada. Entretanto, baixar as tarifas de importação não traz vantagens para a geração de empregos nem para a arrecadação de impostos. Reforçou a necessidade de se trazer representantes do governo para apresentar, em reunião da CSPO, quais acordos estão sendo feitos com outros países na Câmara. O **Sr. Afif Al Jawabri**, representante da SEDAP/PA, mencionou o programa Pará 2030, que traz medidas a serem tomadas para cadeias prioritárias para o estado. Citou as dificuldades enfrentadas para inserir os pequenos produtores no Programa, incluindo problemas culturais.

8. PL 7.326/2010 e PLC 119/2013 – Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil: estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências. Discussão sobre possíveis ações a respeito da tramitação desse Projeto de Lei que atualmente encontra-se aguardando relator na CCJC no Senado Federal desde 27.4.2015.

O **Sr. Antônio Carlos Ventilii Marques**, Representante da APROBIO, discorreu sobre os Projetos de Lei nº 7.326/2010 e nº 119/2013 (numeração da Câmara dos Deputados), que dispõem sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo. Pelo fato de ser uma cultura perene, é necessário que haja um programa contínuo de incentivo ao setor produtor de palma.

O **Sr. Roberto Yokoyama**, Presidente da CSPO, informou que o setor tem se articulado com o Congresso e com representantes da Assembleia Legislativa paraense sobre a aprovação de legislação do tipo. Apesar dos esforços da ABRAPALMA, não há registro de avanço no Legislativo desde 2015. Ressaltou a importância de a CSPO se manifestar sobre o assunto e agir para que o projeto seja levado à frente e aprovado. O **Sr. Júlio Minelli**, representante da APROBIO, sugeriu que esta Câmara encaminhe Moção ao Sr. Ministro da Agricultura, que tratasse resumidamente sobre a sustentabilidade na produção do óleo de palma e a necessidade de aprovação do Projeto de Lei 119/2013 para a sobrevivência da cadeia produtiva da palma de óleo. O documento partiria do MAPA à Casa Civil, à Secretaria de Governo da Presidência da República e ao MMA. O Sr. Júlio Minelli e o Sr. Roberto Yokoyama serão os responsáveis pela redação do documento.

9. Novo tratamento administrativo da Anvisa para importação de óleo de palma – Márcio Maciel, Representante da ABIOVE

O **Sr. Márcio Maciel**, representante da ABIOVE, mencionou medida prevista na Notícia Siscomex Importação nº 70/2017, que prevê novo tratamento dado ao óleo de palma bruto nos portos, atrasando sua liberação. Informou que a Anvisa se comprometeu a uma nota informando a desnecessidade desse tratamento administrativo, para reduzir a burocracia e os prazos de liberação do produto nos portos. Sugeriu que seja encaminhada moção à Anvisa e ao MDIC para revogar tal medida, com objetivo de reduzir os custos portuários e a perda de qualidade do produto. O Colegiado aprovou a Moção. O **Sr. Roberto Yokoyama**, Presidente da Câmara, mencionou que o óleo de palma bruto vindo da Colômbia e Equador não possui taxa para entrar no Brasil, em virtude de acordo de livre comércio estabelecido no âmbito do Mercosul. Apesar disso, a Colômbia aumentou suas taxas de importação para 40%. Reforçou a



necessidade de que seja convidado um representante do governo para tratar do assunto na próxima reunião desta Câmara.

10. Assuntos Gerais

O Sr. Rui Alberto Gomes Junior, representante da Embrapa, convidou os presentes a conhecerem a unidade de Planaltina, que conta com um projeto de irrigação destinado ao dendê. O Sr. Everton de Almeida Carvalho, representante da Abides, mencionou esforço do Mato Grosso em pesquisas para a produção de palma de óleo, conforme zoneamento agroecológico feito atualmente no estado. O Senador José Medeiros tem demonstrado apoio à causa no MT.

Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, a Reunião foi dada como encerrada às doze horas e quarenta e um minutos.

Encaminhamentos

- 1) Calendário de 2018: Ficou deliberado conciliar uma data entre julho e agosto em substituição à data de junho. **Responsáveis pela ação:** Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da CSPO e Sra. Isabel Carneiro – Secretária da CSPO.
- 2) Diagramação da Cartilha da Palma: Foi solicitado que a Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO, após a conclusão da Cartilha, veja a possibilidade da Assessoria de Comunicação Social do MAPA executar a diagramação do trabalho. **Responsável pela Ação:** Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO.
- 2) Moção ao Sr. Ministro da Agricultura, que tratará resumidamente sobre a sustentabilidade na produção do óleo de palma e a necessidade de aprovação do Projeto de Lei 119/2013 para a sobrevivência da cadeia produtiva da palma de óleo. O documento seria destinado à Casa Civil, à Secretaria de Governo da Presidência da República e ao MMA. **Responsáveis pela ação:** Sr. Júlio Minelli, representante da APROBIO, e Sr. Roberto Yokoyama, Presidente da CSPO e Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO.
- 3) Ofício ao MAPA solicitando redução do imposto de importação de 10 para 2% do óleo de amêndoas de palma durante 12 meses para o volume de 224.785 mil t, amparada pela Resolução GMC nº 08/08 que deverá ser encaminhado à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. **Responsável pela ação:** Sr. Éder da Silva, representante da ABIQUIM e Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO.
- 4) Moção à Anvisa e ao MDIC para revogar o Notícia Siscomex Importação nº 70/2017, que deu início a novo tratamento administrativo sobre o óleo de palma bruto nos portos, com objetivo de reduzir os custos portuários e a perda de qualidade do produto. **Responsável pela ação:** Sr. Márcio Maciel, representante da ABIOVE e Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO.
- 5) Excluir a EBDA da composição da Câmara, pois a entidade não existe mais. **Responsável pela ação:** ACST/MAPA – Srta. Andressa Silva, Assessora da CSPO.
- 6) Sugestão de Pauta - O Sr. Márcio Maciel, representante da ABIOVE, sugeriu que um representante da Secretaria de Relações Internacionais do MAPA ou do Ministério das Relações Exteriores seja convidado para abordar o tema de Acordos de livre comércio, Acordos bilaterais e medidas protecionistas dos países asiáticos em relação à Palma de Óleo: **Responsável pela ação:** Sra. Isabel Carneiro, Secretária da CSPO e Srta. Andressa Silva, Assessora da CSPO - inclusão em reunião futura da Câmara.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Memória de reunião

Relatora: Andressa Tenório da Silva, Assessora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo.
Revisora: Isabel Regina Flores Carneiro, Secretária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------